

SUMÁRIO

Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro	9
Capítulo I: Disposições preliminares	9
Capítulo II: Do Sistema Nacional de Trânsito	10
Seção I: Disposições gerais	10
Seção II: Da composição e da competência do Sistema Nacional de Trânsito	11
Capítulo III: Das normas gerais de circulação e conduta	22
Capítulo IV: Dos pedestres e condutores de veículos não motorizados	30
Capítulo V: Do cidadão	32
Capítulo VI: Da educação para o trânsito	32
Capítulo VII: Da sinalização de trânsito	34
Capítulo VIII: Da engenharia de tráfego, da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito	35
Capítulo IX: Dos veículos	36
Seção I: Disposições gerais	36
Seção II: Da segurança dos veículos	39
Seção III: Da identificação do veículo	41
Capítulo X: Dos veículos em circulação internacional	43
Capítulo XI: Do registro de veículos	43
Capítulo XII: Do licenciamento	45
Capítulo XIII: Da condução de escolares	47
Capítulo XIV: Da habilitação	47
Capítulo XV: Das infrações	52
Capítulo XVI: Das penalidades	77
Capítulo XVII: Das medidas administrativas	81
Capítulo XVIII: Do processo administrativo	83
Seção I: Da autuação	83
Seção II: Do julgamento das autuações e penalidades	84
Capítulo XIX: Dos crimes de trânsito	86
Seção I: Disposições gerais	86
Seção II: Dos crimes em espécie	89
Capítulo XX: Disposições finais e transitórias	91
Anexo I: Dos conceitos e definições	95
Anexo II: Sinalização	100
Tabela de multas e pontuação	152

Resoluções do CONTRAN

Resolução 4, de 23 de janeiro de 1998. <i>Dispõe sobre o trânsito de veículos novos nacionais ou importados, antes do registro e licenciamento</i>	155
Resolução 5, de 23 de janeiro 1998. <i>Dispõe sobre a vistoria de veículos</i>	156
Resolução 11, de 23 de janeiro de 1998. <i>Estabelece critérios para a baixa de registro de veículos a que se refere bem como os prazos para efetivação</i>	157
Resolução 14, de 6 de fevereiro de 1998. <i>Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação</i>	160
Resolução 15, de 6 de fevereiro de 1998. <i>Dispõe sobre o transporte de menores de dez anos</i>	164
Resolução 24, de 21 de maio de 1998. <i>Estabelece o critério de identificação de veículos, a que se refere o art. 114 do CTB</i>	164
Resolução 25, de 21 de maio de 1998. <i>Dispõe sobre modificações de veículos e dá outras providências, previstas nos arts. 98 e 106 do CTB</i>	166
Resolução 53, de 21 de maio de 1998. <i>Estabelece critérios em caso de apreensão de veículos e recolhimento aos depósitos, conforme art. 262 do CTB</i>	168
Resolução 61, de 21 de maio de 1998. <i>Esclarece os arts. 131 e 133 do Código de Trânsito Brasileiro que trata do Certificado de Licenciamento Anual</i>	169
Resolução 73, de 19 de novembro de 1998. <i>Estabelece critérios para aposição de inscrições, painéis decorativos e películas não refletivas nas áreas envidraçadas dos veículos, de acordo com o disposto no inciso III do art.111 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB</i>	169
Resolução 82, de 19 de novembro de 1998. <i>Dispõe sobre a autorização, a título precário, para o transporte de passageiros em veículos de carga</i>	170
Resolução 110, de 24 fevereiro de 2000. <i>Fixa o calendário para renovação do Licenciamento Anual de Veículos e revoga a Resolução CONTRAN 95/99</i>	172
Resolução 146, de 27 de agosto de 2003. <i>Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semi-reboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro</i>	173
Resolução 149, de 19 de setembro de 2003. <i>Dispõe sobre uniformização do procedimento administrativo da lavratura do auto de infração, da expedição da Notificação da Autuação e da Notificação da Penalidade de multa e de advertência por infrações de responsabilidade do proprietário e do condutor do veículo e da identificação do condutor infrator</i>	182
Resolução 151, de 8 de outubro de 2003. <i>Dispõe sobre a unificação de procedimentos para imposição de penalidade de multa a pessoa jurídica proprietária de veículos por não identificação de condutor infrator</i>	185
Resolução 157, de 22 de abril de 2004. <i>Fixa especificações para os extintores de incêndio, equipamento de uso obrigatório nos veículos automotores, elétricos, reboque e semi-reboque, de acordo com o artigo 105 do Código de Trânsito Brasileiro</i>	187
Resolução 168, de 14 de dezembro de 2004. <i>Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem</i>	190
Resolução 178, de 7 de julho de 2005. <i>Dispõe sobre uniformização do procedimento para realização de hasta pública dos veículos renovados, recolhidos e apreendidos, a qualquer título, por Órgãos e Entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, conforme o disposto no artigo 328 do CTB</i>	229
Resolução 182, de 09 de setembro de 2005. <i>Dispõe sobre uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação da Carteira Nacional de Habilitação</i>	232
Resolução 193, de 26 de maio de 2006. <i>Dispõe sobre a Regulamentação do Candidato ou Condutor Estrangeiro</i>	237

Resolução 205, de 20 de outubro de 2006. <i>Dispõe sobre os documentos de porte obrigatório</i>	239
Resolução 206, de 20 de outubro de 2006. <i>Dispõe sobre os requisitos necessários para constatar o consumo de álcool, substância entorpecente, tóxica ou de efeito análogo no organismo humano, estabelecendo os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes.</i>	240
Resolução 209, de 26 de outubro de 2006. <i>Cria o código numérico de segurança para o Certificado de Registro de Veículo – CRV, e estabelece a sua configuração e utilização.</i>	243
Resolução 210, de 13 de novembro de 2006. <i>Estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres</i>	244
Resolução 219, de 11 de janeiro 2007. <i>Estabelece requisitos de segurança para transporte remunerado de cargas por motocicleta e motoneta.</i>	247
Resolução 232, de 30 de março de 2007. <i>Estabelece procedimentos para a prestação de serviços por Instituição Técnica Licenciada – ITL e Entidade Técnica Pública ou Paraestatal – ETP, para emissão do Certificado de Segurança Veicular – CSV, de que trata o art.106 do Código de Trânsito Brasileiro.</i>	254
Portarias do DENATRAN	
Portaria 2, de 16 de janeiro de 2002	263
Portaria 48, de 28 de agosto de 2002	265
Portaria 65, de 27 de dezembro de 2002	265
Portaria 66, de 27 de dezembro de 2002	266
Índice remissivo	269